Sumário

Apresentação – *Carlos Alberto Molinaro* e *Ingo Wolfgang Sarlet* 19

Introdução 23

1. Reflexões sobre a contemporaneidade: a adolescência e os dilemas de reconhecimento 31

1.1. A sociedade contemporânea e os limites de pertencimento 32

1.2. Reconhecimento e identidades 44

1.3. Adolescentes e os dilemas de reconhecimento na sociedade contemporânea 53

2. O Direito como produto sociocultural: a necessidade de reconhecimento desde a perspectiva sociológica 67

2.1. Direito positivo e o pluralismo jurídico 68

2.2. Pluralismo jurídico, ou pluralismo de fontes 80

2.3. A adolescência brasileira e seus distintos planos normativos de referência 89

3. Estado de direito e o reconhecimento da Dignidade da Pessoa Humana 97

3.1. Dignidade da Pessoa Humana como dimensão intersubjetiva 98

3.1.1. O fundamento dos Direitos Humanos nas necessidades contextualizadas 105

3.1.2. Dignidade da Pessoa Humana adolescente 110

3.2. Estado, direitos fundamentais e o reconhecimento das pessoas 113

3.2.1. Natureza dos Direitos Fundamentais frente ao Estado 113

3.2.2. O reconhecimento dos sujeitos perante o Estado 116

3.3. O diálogo como possibilidade de legitimidade da intervenção estatal, desde uma perspectiva constitucional 121

4. O reconhecimento dos direitos dos adolescentes no sistema constitucional brasileiro 127

4.1. Proteção integral da criança e do adolescente: alguns pressupostos 128

4.2. Os direitos da criança e do adolescente no sistema constitucional brasileiro 133

4.2.1. Direitos de caráter universal 135

4.2.2. Direitos de Proteção Especial 136

4.2.3. Direitos e deveres de responsabilização 139

4.2.4. Interdependência entre os níveis de direitos e os deveres do Estado 141

4.3. Princípios fundamentais do sistema de direitos da criança e do adolescente 144

4.3.1. Princípio da prioridade absoluta 146

4.3.2. Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente 151

4.3.3. Princípios da brevidade e excepcionalidade 154

4.3.4. Princípio da condição peculiar de desenvolvimento 158

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.3.5. Princípio da livre manifestação e direito de ser ouvido.....164

5. Reconhecimento dos Direitos Fundamentais dos adolescentes, diante da intervenção do Estado.....171

5.1. O necessário reconhecimento do direito dos adolescentes à convivência familiar e comunitária.....173

5.1.1. A família contemporânea: igualdades e diferenças.....173

5.1.2. A intervenção do Estado nos contextos familiares e a institucionalização de crianças e adolescentes.....175

5.1.3. Adolescência e a família como espaço de contradições e de proteção.....184

5.2. O direito à defesa como instrumento de escuta e reconhecimento da fala dos adolescentes nos processos judiciais.....193

5.2.1. Direito à defesa.....194

5.2.2. Os limites do direito à defesa no cotidiano processual.....196

5.2.3. Possibilidades de reconhecimento do direito à defesa nos processos penais juvenis.....206

5.3. O reconhecimento do princípio da autodeterminação progressiva (aquisição gradativa de competências).....210

Conclusões.....215

Referências bibliográficas.....235

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br